



Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo

**ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO
NACIONAL DE
TURISMO REALIZADA
EM 11 DE MAIO DE
2023, MICROSOFT
TEAMS (VIRTUAL).**

A reunião foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Bento Nunes.

Aos onze dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, por meio da plataforma Microsoft Teams. O Secretário Executivo saudou os Conselheiros e agradeceu a presença em nome da Ministra de Estado do Turismo, Daniela Carneiro, que não pôde participar devido a compromissos prévios. A Ministra expressou sua confiança na condução da reunião por Bento Nunes. O Secretário afirmou que a reativação do Conselho é importante para a participação da sociedade civil na construção de novas diretrizes para o turismo no país. A Ministra desejou sucesso na reunião, reiterou o compromisso do Ministério do Turismo e destacou a abertura para reconstruir o turismo brasileiro. Bento Nunes declarou aberta a Reunião Extraordinária, indicando que apenas os conselheiros teriam direito a voto em eventuais encaminhamentos. O Secretário Bento Nunes convidou a Diretora de Marketing Internacional, Negócios e Sustentabilidade da EMBRATUR, Jaqueline Gil, para falar. Jaqueline cumprimentou os presentes em nome do Presidente da Embratur, Marcelo Freixo, desejando a todos uma excelente reunião focada no novo decreto de composição do Conselho Nacional do Turismo. Bento Nunes passa a palavra para o Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo, Carlos Henrique Sobral, que cumprimenta a todos desejando uma reunião produtiva. O Secretário Bento Nunes convidou o Secretário Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo, Marcelo Costa, para falar sobre a elaboração do Plano Nacional de Turismo 2023-2027. Marcelo Costa destacou a importância do Conselho Nacional de Turismo (CNT) como um fórum crucial para compreender as necessidades do setor. Ele abordou desafios recentes enfrentados pelo turismo brasileiro, como a queda no PIB e a perda de posição no ranking da ICCA. Marcelo Costa elogiou a Ministra Daniela por assumir o desafio de reconstruir o turismo e mencionou o potencial de crescimento do setor. Ele informou sobre o prazo para concluir o Plano Nacional de Turismo e a necessidade de coletar informações dos envolvidos por meio de um formulário. Marcelo Costa abordou preocupações do setor, como custos de passagens aéreas e violência, e solicitou a rápida colaboração de todos os membros na coleta de informações. Ele agradeceu a participação e se colocou à disposição para esclarecer dúvidas. O Secretário Executivo, Bento Nunes, passou a palavra para Gabrielle de Andrade, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, que tratou da validação da minuta de decreto sobre a reformulação do Conselho Nacional do Turismo. Ela explicou o papel da assessoria, destacando o diálogo próximo com os Conselheiros. Gabrielle apresentou um cronograma ajustado, ressaltando a fase de sistematização das contribuições para a minuta final do Plano Nacional de Turismo (PNT). Ela agradeceu as contribuições recebidas e informou sobre a primeira revisão técnica do material. Destacou as



Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo

principais questões abordadas, como competências do Conselho, indicação de entidades, inclusão de novos segmentos e flexibilização na indicação de membros titulares em OSC. Gabrielle enfatizou que o decreto fortalece o Conselho, introduzindo categorias de atividade, definindo número de membros e critérios mínimos para participação. Ela propôs uma dinâmica de trabalho para a reunião, abrindo espaço para sugestões de melhoria de redação, votações e encaminhamentos, incentivando o registro das sugestões no chat para construção conjunta da minuta. O Secretário Bento Nunes abriu as inscrições para falas dos membros do Conselho Nacional de Turismo, solicitando que se identificassem com nome, condição e entidade representada. Wilson Pereira (CONTRATUH) fez observações à minuta, propondo a retirada do termo "e" no artigo segundo, inciso oitavo, para melhor adequação do ordenamento jurídico relacionado à minoria do ambiente de negócio e turismo. Além disso, apontou uma correção numérica no artigo quinto, esclarecendo que essas são as únicas contribuições nesta reunião, pois as demais já foram contempladas na minuta. Bento Nunes passou a palavra para Alexandre Pereira (ANSEEDITUR), que agradeceu o convite, colocou-se à disposição e afirmou que, após uma análise atenta, estava satisfeito com todas as alterações na redação, desejando a todos uma boa reunião. Bento Nunes concedeu a palavra a Alexandre Sampaio (CNC), representando Paulo Rogério (CNC), que expressou preocupação sobre o posicionamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC) no artigo terceiro, inciso trinta e oito, indicando que a CNC foi retirada das entidades da sociedade civil. Ele solicitou esclarecimentos sobre a realocação da CNC. Gabrielle de Andrade, Chefe de Assessoria, sugeriu ouvir todos e depois fornecer respostas, e Alexandre Sampaio concordou com essa abordagem. Bento Nunes chamou Fabrício Amaral (FORNATUR), que expressou preocupação com a quantidade de assentos no Conselho Nacional de Turismo (CNT), apontando a falta de funcionalidade em Conselhos muito grandes. Ele destacou o desafio de contemplar todos e propôs uma comissão eficiente. Amaral sugeriu a necessidade de paridade entre entidades privadas e órgãos públicos no CNT, preocupando-se com a representação excessiva de órgãos públicos. Propôs uma presidência compartilhada entre a Ministra de Estado do Turismo e alguém escolhido pelo setor privado, argumentando que o setor privado tem uma perspectiva singular e valiosa. Ele agradeceu ao Conselho pelo trabalho em ouvir, apresentar e dialogar. Bento Nunes concedeu a palavra a Daniel Peter (MDA), que representou Larissa Lacerda do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Ele sugeriu a inclusão de agricultores familiares e empreendedores rurais na redação da alínea "I". Em relação ao artigo segundo, incisos onze e doze, reforçou a sugestão de alinhamento das políticas de turismo com as políticas da agricultura familiar e territórios, visando apoiar atividades produtivas desde a produção inicial até a agroindustrialização e comercialização de produtos relacionados à agricultura familiar. Destacou a importância dessas alterações para proteger comunidades tradicionais e agricultores familiares contra exploração por grupos turísticos. Bento Nunes passou a palavra para Adriana Gradim (FENAGTUR), que expressou ter recebido o quadro comparativo da minuta propondo mudanças no decreto. Ela questionou onde os guias turísticos estariam inseridos na nova proposta, já que o decreto menciona categorias como agências, operadoras, meios de hospedagem, entre outras, mas não faz menção explícita aos guias de turismo, que atualmente têm representação no Conselho. Gradim concordou com a posição de Fabrício Amaral (FORNATUR). Bento Nunes passou a palavra para Lenora Schneider (ABBTUR), que parabenizou o Ministério do Turismo pelo trabalho coletivo na construção do decreto. Ela endossou as observações de Fabrício Amaral (FORNATUR) e Adriana Gradim (FENAGTUR), destacando a ausência de representação para os guias de turismo nas categorias do Conselho. Lenora mencionou a participação da ABBTUR no Fórum Inter Conselhos, observando uma nova perspectiva dos representantes das organizações da sociedade civil. Ela ressaltou a existência de um observatório de inteligência turística e um



Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo

Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo na ABBTUR, possivelmente enquadrando-se na categoria de capacitação, educação e qualificação. Bento Nunes retomou a palavra e passou para Antônio Malaquias (Casa Civil), que cumprimentou a todos e apresentou Lúcia Darós, conselheira titular da Casa Civil. Ele esclareceu que as sugestões apresentadas não são validações da minuta, e uma análise mais complexa ocorrerá na Casa Civil quando o documento for recebido. Malaquias abordou questões sobre o mandato da sociedade civil, sugerindo que a definição seja incluída no decreto para evitar a perpetuação. Ele também sugeriu especificar a composição paritária entre membros da sociedade civil e governo no artigo sétimo. Malaquias expressou dúvidas sobre o parágrafo quinto, referente aos representantes da sociedade civil que votarão. Bento Nunes afirmou que as contribuições foram anotadas para uma resposta posterior e passou a palavra para Vitor Hugo (Ministério da Justiça), que destacou a importância da paridade no Conselho e sugeriu que o Plano Nacional do Turismo inclua diretrizes de cooperação internacional para a proteção do consumidor turista. Ele enfatizou que essa é uma pauta relevante na doutrina de proteção ao consumidor e que, mesmo sem um instrumento de cooperação internacional, a menção no Plano pode legitimar movimentos nesse sentido. Vitor Hugo concluiu destacando a importância da informação clara e precisa para o consumidor turista.

Bento Nunes passou a palavra para Flávia Rico (Ministério do Meio Ambiente), que expressou satisfação por participar do novo Conselho. Suas contribuições se relacionaram ao artigo segundo, sugerindo a inclusão dos territórios tradicionais para registrar o modo de vida tradicional. Ela concordou com Daniel Peter (MDA) sobre o reforço à agricultura familiar entre povos e comunidades tradicionais. Flávia ressaltou a importância do turismo de base comunitária para fortalecer as comunidades locais, evitando a exploração por empreendedores internacionais. Ela destacou o potencial do turismo sustentável para valorizar o modo de vida tradicional dessas comunidades. A Sra. Marta Feitosa (CNM) declara que as sugestões da entidade foram ouvidas e contempladas, parabenizando o trabalho do Conselho. Em seguida, o Sr. Manoel Linhares (ABIH) agradece a contribuição de todos e elogia o trabalho coletivo. Nelson de Andrade Junior (MDA) observa que a redação deve ser mais ampla, abordando a agricultura como um todo. A Sra. Marlene Novaes (ABITUR) elogia o processo participativo e se coloca à disposição para contribuir. O Sr. Evandro Novak (ABRAJET) destaca a importância de prazos para a recondução e sugere a criação de um grupo de mídia social. O Secretário Bento Nunes agradece a todos, encerra as apresentações e passa a palavra para a validação da minuta, conduzida pela Sra. Gabrielle de Andrade (MTUR). O Secretário Bento Nunes destaca algumas pontuações importantes e perguntas feitas por entidades, passando a palavra ao Sr. Wilken Souto (MTUR), que explica a dinâmica das respostas, abordando questões levantadas por diversos membros do Conselho. São discutidas contribuições da CONTRATUH, CNC, FORNATUR, e a preocupação com a quantidade de assentos e paridade. O Sr. Wilken Souto aborda a otimização do Conselho por meio das câmaras temáticas e destaca a paridade nelas. Ele responde a questionamentos do Sr. Fabrício Amaral (FORNATUR) sobre a presença de outros Ministérios e sugestão de vice-presidência indicada pelas entidades privadas. Também são abordadas contribuições do MDA e observações sobre movimentos sociais. O Sr. Daniel Peter (MDA) sugere inclusão de movimentos sociais após a alínea 'k', e a resposta destaca que a alínea 'l' já contempla movimentos sociais. O Sr. Daniel Peter (MDA) propõe uma especificação mais ampla de "movimentos sociais", excluindo "movimento da mulher" e "movimento negro". Após debate, concordam em incluir "movimentos sociais como movimento das mulheres e movimento negro, agricultores familiares e empreendedores familiares" na redação. Quanto à representação de guias de turismo e turismólogos, sugere-se manter a expressão "organizações de profissionais do turismo", abrangendo todas as categorias. A discussão envolve também a inclusão de "trabalhadores" e a



Ministério do Turismo
Conselho Nacional de Turismo

necessidade de especificar ou não. Há concordância em manter a expressão original. O Sr. Wilken Souto (MTUR) destaca sugestões do Sr. Vitor Hugo (Ministério da Justiça) e menciona que o Plano Nacional de Turismo será discutido via Google Forms. O Sr. Wilson Pereira (CONTRATUH) levanta novamente a questão da redação "profissionais e trabalhadores do turismo", sugerindo evitar ambiguidades. A consultoria jurídica ressalta que a redação é contextualizada e específica ao setor de turismo. A recondução no Conselho é discutida, considerando limitações e exceções para setores específicos. A questão das Câmaras Temáticas também é abordada, incluindo a coordenação escolhida apenas por membros do setor privado. A representante do MDIC destaca a importância de incluir micro e pequenas empresas na minuta do decreto devido ao seu peso decisivo no turismo. O MTUR concorda e buscará uma redação que contemple essa inclusão de forma ampla. A Sra. Keila Martins (UNIDESTINOS) sugere a inclusão de destinos na minuta do decreto, destacando a categoria de Convention & Visitor Bureau. Questiona se as entidades devem se recadastrar, e a Sra. Gabrielle de Andrade (MTUR) esclarece que haverá um momento de recondução. A discussão inclui a sugestão da UNIDESTINOS de incluir "unidade de destinos e Convention & Visitors Bureau." O Sr. Milton Zuanazzi (ABRASTUR) destaca a necessidade de uma redação específica para clubes de férias e clubes de viagens. Ele reitera a importância do Conselho ser um parlamento inclusivo. O MTUR propõe estudar formas de contemplar essas sugestões. O Secretário Bento Nunes agradece a contribuição e destaca a importância da participação no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, incentivando a mobilização do setor turístico para garantir relevância no processo. A reunião extraordinária é encerrada, e o Secretário Bento Nunes agradece a todos.

BENTO NUNES

Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo